

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUEER: UMA LEITURA DA EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES DE GEOGRAFIA NO CURSO 'TÔ PASSADA' EM CURITIBA, PARANÁ, BRASIL

Ramon de Oliveira Bioco Braga¹
Ana Paula Benato²

RESUMO

Problematizamos como as práticas pedagógicas *queer* (re)aproximam a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) da escolarização? A questão central emergiu com base na nossa experiência como docentes do curso Tô Passada, ofertado pela ONG Transgrupo Marcela Prado, em Curitiba, Paraná. Compreendemos que muitas pessoas LGBTT vivenciam a LGBTFobia nos espaços escolares, o que desestimula essas pessoas a estudarem. Portanto, nesta pesquisa, buscamos realizar uma pesquisa bibliográfica sobre práticas pedagógicas *queer*, ancorada na nossa experiência de docência com a população LGBTT. Os resultados obtidos evidenciaram que as práticas pedagógicas *queer* reaproximam a população LGBTT da escolarização, pois desnaturaliza o cânone heteronormativo presente no currículo escolar, nos livros didáticos e na oratória dos(as) docentes.

Palavras-chave: Corpo *queer*, Espaço Escolar, Pedagogia *Queer*, Teoria *Queer*.

INTRODUÇÃO

A questão central desta pesquisa é como as práticas pedagógicas *queer*³ (re)aproximam a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) da escolarização? Concebemos como ponto de partida para a elaboração dessa questão central, a nossa experiência como docentes voluntários(as) da disciplina de Geografia, no curso solidário Tô Passada em Curitiba, Paraná, Brasil.

Na Geografia, temos desenvolvido pesquisas sobre as Geografias das Sexualidades, que tem nos sensibilizado sobre as vivências espaciais das pessoas LGBTT que são consideradas subversivas do cânone heteronormativo. Nesta subárea do conhecimento científico, a partir do início do século XXI, os(as) geógrafos(as) brasileiros(as) vêm se preocupando em tornar inteligível como as travestis e transexuais experienciam a prostituição no espaço geográfico (ORNAT, 2008; 2011), como elas vivenciam a interdição do espaço (SILVA, 2013), bem como outras pesquisas que denunciam como elas são discriminadas nos

¹ Doutorando em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, Paraná, ramonbioco@hotmail.com

² Mestranda em Gestão do Território, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, Paraná, anapaulabenato043@gmail.com

³ Utilizamos a expressão *queer* em itálico, por se referir a um termo inglês.

espaços de saúde (CARNEIRO, 2014) e como elas são brutalmente violentadas nos espaços públicos (CABRAL, 2015), dentre outras temáticas.

No âmbito dos espaços escolares, Ornat (2011), Silva (2013) e Cabral (2015) compreenderam que a transfobia é uma violência constantemente presente na vida de travestis e transexuais, que possuem os seus corpos desqualificados como ‘viadinhos’, ‘bichinhas’, ‘traveção’, dentre outros termos pejorativos. Esses termos ressignificam os corpos das pessoas que corporificam identidades de gênero não binária, bem como tornam esses corpos como corpos descartáveis, justificando erroneamente toda a violência psicológica e física incidida nesses corpos.

Com base nas nossas experiências enquanto discentes – durante o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, afirmamos que as pessoas LGBTTT vivenciam constantemente situações de LGBTfobia que se constituem enquanto violência psicológica e/ou física. Essas violências desestimulam essas pessoas a frequentarem as aulas, estudarem o conteúdo e/ou que tenham um bom convívio com os(as) docentes e discentes. Em alguns casos, essas pessoas desistem da escolarização e evadem dos espaços escolares.

Nesse contexto, no ano 2016, o curso solidário Tô Passada foi criado com base em uma parceria entre uma universidade⁴ particular e a Organização Não Governamental (ONG) Transgrupo Marcela Prado – ambas instituições localizadas em Curitiba, Paraná, Brasil. Entre os anos de 2016 a 2018, temos trabalhado com o projeto social que objetiva (re)aproximar a população LGBTTT dos espaços escolares, pois compreendemos que muitas pessoas LGBTTT vivenciaram situações LGBTfóbicas nas espacialidades escolares, resultando na baixa escolaridade que muitas pessoas LGBTTT possuem.

No curso Tô Passada, ofertamos dois encontros noturnos semanais com docentes voluntários que lecionam os conteúdos do Ensino Médio. Verificamos que algumas pessoas que frequentaram as aulas possuíam o objetivo de tentar o vestibular e outras pessoas desejavam voltar a estudar.

Como docentes de Geografia, temos investigado e (re)produzido práticas pedagógicas *queer* para lecionarmos no curso Tô Passada. Desse modo, salientamos que esta pesquisa se justifica por ampliar o campo de diálogo sobre as práticas pedagógicas *queer*, que tem se demonstrado como um tema pouco investigado pelos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as) *queer*.

⁴ Optamos por não divulgar o nome da instituição.

O nosso argumento que as práticas pedagógicas *queer* se constitui como um tema pouco investigado, se apresenta ancorado no levantamento bibliográfico que realizamos no banco de dissertações e teses da CAPES (2019) e no portal Scielo (2019). No banco de dissertações e teses da CAPES (2019), realizamos uma busca com o descritor ‘queer’ e obtivemos o resultado de 566 pesquisas. Ao refinarmos essa busca para a área de conhecimento ‘Educação’, esse volume reduziu para 64. No portal da Scielo (2019), também realizamos uma busca com o descritor ‘queer’, que nos retornou 252 artigos. Desse volume, filtramos o resultado para a WoS áreas temáticas ‘Educação e pesquisa educacional’ e obtivemos o total de 16 artigos. Quando analisamos essas pesquisas, percebemos que as reflexões em torno da Pedagogia *Queer*⁵, de maneira geral, se caracterizam como reflexões filosóficas que reconhecem no âmbito pedagógico, a necessidade de se pensar um currículo não normatizador sexista, contudo, essas pesquisas não indicam quais práticas pedagógicas *queer* podem ser desenvolvidas pelos(as) docentes no exercício da docência.

Como identificamos um volume de pesquisas teóricas que desenvolvem reflexões sobre sexo-gênero-corpo, sob a perspectiva da Pedagogia *Queer*, problematizamos então como as práticas pedagógicas *queer* (re)aproximam a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) da escolarização?

Nossa reflexão teórica se apresenta consubstanciada com a nossa experiência prática como docentes. Assim sendo, esta pesquisa se justifica por socializar a experiência que tivemos com as práticas pedagógicas *queer*, ao lecionarmos voluntariamente a disciplina Geografia, no curso solidário Tô Passada, em Curitiba, Paraná, Brasil.

O DISCURSO CIENTÍFICO (EXCLUDENTE) DOS CORPOS (A)NORMAIS

Antes de expormos os nossos relatos sobre as práticas pedagógicas *queer*, torna-se imperativo demonstrar como o discurso científico concebeu, durante a modernidade, a normalidade de determinados corpos, em detrimento da existência dos corpos considerados anormais. Pensamos que a relevância acadêmica sobre a compreensão desse discurso, se justifica pelo mesmo compor os currículos escolares e normatizar as relações sociais nas espacialidades escolares.

As reflexões científicas sobre corpo, sexo e gênero – nas Ciências Humanas, possuem como ponto de partida a compreensão dos dispositivos das sexualidades elaborado por

⁵ Utilizamos *Queer* quando se refere a uma subárea de conhecimento da Pedagogia ou uma Teoria.

Foucault ([1976] 2012). Para este autor, a partir do século XVII, a sociedade ocidental e industrializada cunhou os dispositivos das sexualidades que assegurou a produção do capitalismo e a exploração da mão-de-obra. Esses dispositivos são um conjunto de práticas sociais (re)produzidas pelas instituições sociais Estado, Igreja, Escola, Exército, Medicina e Família, que se consolidaram enquanto uma rede multipolarizada de poder coercitivo frente ao corpo.

Os dispositivos das sexualidades, subsidiaram o cânone heteronormativo que naturalizou os relacionamentos exógamos e monogâmicos afim de assegurar a reprodução humana para atender os interesses do capitalismo industrial e financeiro. Esses dispositivos das sexualidades tornaram patológicas todas as sexualidades e práticas sociais que não objetivam a reprodução humana como, por exemplo, a sodomia, a homossexualidade, o adultério, dentre outras práticas que passaram a ser punidas pelo Estado com detenções, bem como passaram a ser coibidas, patologizadas e tratadas pela Medicina – em especial atenção para as ciências psi (Psicologia, Psiquiatria, Psicanálise, etc.) (op. cit.).

Para o mesmo autor, na Escola, elaborou-se a Pedagogia do Sexo (ou Pedagogias das Sexualidades) que se constituiu como um conjunto de normas que regularam as interações sociais entre meninos e meninas que não poderiam ficar juntos. Nesse sentido, a Arquitetura projetou e construiu internatos escolares com quartos que separam meninos e meninas, bem como segregou os banheiros e as filas de alunos(as) com base nos sexos masculino e feminino.

Os dispositivos das sexualidades asseguraram que o sexo fosse controlado por um conjunto de instituições sociais que tornaram natural os relacionamentos heterossexuais. Desde então, os(as) cientistas passaram a falar sobre o sexo, sob um contexto institucional e com o objetivo de controlar as sexualidades (op. cit.).

Esse discurso científico estabeleceu o paradigma da heteronormatividade, que se consolidou como um discurso multipolarizado na escrita acadêmica andocêntrica presente nos livros didáticos, na formação acadêmica dos(as) docentes e na constituição das relações sociais nos espaços escolares sexistas.

O paradigma da heteronormatividade pode ser analisado pela perspectiva do essencialismo que, segundo Rubin ([1984] 2003), é uma perspectiva filosófica que interpreta a tríade relação entre sexo-gênero-corpo assentada na Biologia, como se um determinasse o outro e justificasse a sua existência. Para o essencialismo, o corpo masculino possui o órgão

genital pênis e corporifica o gênero masculino, enquanto que o corpo feminino possui o órgão genital vagina e corporifica o gênero feminino.

Nesse cenário, podemos analisar que os corpos normais e saudáveis, são aqueles que corporificam o gênero binário e se identificam com a orientação sexual heterossexual – ratificando o cânone heteronormativo. Esse discurso moderno da sexualidade humana, tornou anormais e patológicas todas as identidades de gênero não binárias (travestis, transexuais, etc.) e orientações sexuais não heterossexuais, isto é, a lesbianidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a pansexualidade, dentre outras.

Contudo, em contrapartida ao essencialismo, existe o construtivismo que reconhece o corpo como uma elaboração cultural, a-social e a-histórica que, assim como o sexo e o gênero, não podem ser determinados pela Biologia (RUBIN, [1984] 2003). Com base na apreensão rubiniana e sob a perspectiva do construtivismo, Scott ([1989] 1995) refletiu que o gênero é elaborado pela cultura e circunscreve-se no corpo sexuado que é analisado pela política e subsidia as relações sociais. Para a autora, o gênero “(...) coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, [1989] 1995, p. 76).

Scott ([1989] 1995) exortou novas inteligibilidades sobre o termo gênero e o reconheceu como uma categoria de análise, que amplia as análises desenvolvidas pelas Ciências Humanas, assentadas nas perspectivas do construtivismo e no reconhecimento das plurais vivências sociais.

As plurais vivências multiescalares da sociedade subsidiaram o objeto de reflexão elaborado por Butler ([1993] 2000), sobre as performatividades. A autora reconhece que as performatividades são ações e/ou atos sociais (re)produzidos pelos corpos sexualizados, que materializam a linearidade entre sexo, gênero e desejo, afim de naturalizar o cânone heteronormativo. Desse modo, o sexo masculino deve corporificar o gênero masculino e sentir desejo pelo sexo/corpo/gênero oposto, nesse caso o feminino.

Essa compreensão subsidiou a reflexão da heterossexualidade compulsória que, para Butler ([2003] 2016), naturaliza as relações entre os gêneros binários (masculino/feminino), cisgêneros (se auto identificam com o gênero que corresponde biologicamente com o sexo de nascimento) que se relacionam com a orientação sexual heterossexual, isto é, sente desejo sexual pelo sexo oposto. Entretanto, a autora reflete que o sexo não deve determinar o gênero e não deve restringir a corporificação de somente dois gêneros – masculino ou feminino.

O pensamento construtivista scottiano e butleriano, exortou novas inteligibilidades sobre a tríade relação sexo-gênero-corpo. Na Pedagogia, esse pensamento refletiu na Pedagogia *Queer* que será abordado na sequência.

PEDAGOGIA *QUEER* E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS *QUEER*

No Brasil, Louro ([1997] 2003) pode ser considerada como uma das pioneiras pesquisadoras a refletir sobre as práticas pedagógicas *queer*. A autora problematiza que o discurso androcêntrico presente no currículo escolar, na oratória dos(as) docentes e nos livros didáticos, oprimem e ocultam a existência do corpo das pessoas que não se identificam como homens, brancos, ocidentais, heterossexuais e cristãos. Logo, as práticas pedagógicas *queer* – denominada pela autora como Pedagogia Feminista, objetiva desnaturalizar o cânone heteronormativo presente nos espaços escolares.

Em outro momento, Louro (2004) reconheceu que o currículo escolar, assim como a instituição social Escola, se constituem enquanto instrumentos de poder que normatizam e naturalizam a heterossexualidade compulsória. Logo, todos os corpos *queer*, são excluídos, omitidos e invisibilizados pelo discurso científico androcêntrico.

Na angústia de pensar em alternativas para desnaturalizar a heterossexualidade compulsória no currículo escolar e nos espaços escolares, os(as) pesquisadores(as) *queer* da área da Educação tem se apropriado da literatura *Queer*, para se pensar em uma Pedagogia *Queer*.

Refletindo sobre a Pedagogia *Queer*, Louro (2004) reconhece que a mesma não se trata de incluir mais pessoas (*Queer*) no currículo já extenso, mas de sensibilizar as pessoas sobre as diferenças culturais e a diversidade de gênero e sexualidades. A Pedagogia *Queer* é, como mencionado por Rodrigues (2010), uma pedagogia libertadora que concede o protagonismo do conhecimento, as pessoas que refletem sobre uma sociedade com menos problemas sociais como discriminação por identidade de gênero, orientação sexual, etnia, classe, etc.

Assim sendo, César (2012) refletiu que as práticas pedagógicas *queer* devem estimular que as pessoas concebam o corpo além da heterossexualidade compulsória como, por exemplo, os corpos transexuais. A autora exemplifica que durante as aulas, os(as) docentes podem explicar que homens transexuais podem engravidar e gestar um(a) filho(a) e/ou uma

mulher transexual pode ser o pai de uma criança. Esse pensamento subverte o cânone heteronormativo e exorta novas inteligibilidades na tríade relação sexo-gênero-corpo.

Salientamos que a Pedagogia *Queer* se apresenta ancorada na literatura *Queer* que, conforme exposto por Miskolci ([2012] 2016), é uma constelação de texto que desnaturaliza o androcentrismo, que centraliza o discurso no homem, branco, ocidental e cristão. A escrita *queer* possui a sensibilização de não tornar o discurso androcêntrico homogêneo. Logo, os(as) pesquisadores(as) e/ou docentes *queer* não escrevem ‘os homens dizem’, pois o termo ‘homem’ oculta todas as pessoas que não são homens, assim como faz o termo ‘sujeito’. Portanto, nos textos *queer*, optamos por escrever ‘as pessoas dizem’. Essa prática é, sobretudo, da ordem política e almeja ser subversiva ao androcentrismo.

Nesse sentido, Dinis (2013) avalia que a teoria *Queer* subsidiou teoricamente a Pedagogia *Queer*, que desnaturaliza a opressão sexista na sociedade machista, bem como reduz os discursos “(...) normalizadores dos corpos, dos gêneros, da sexualidade, da identidade, das relações sociais, dos processos de ensino-aprendizagem e do pensamento” (DINIS, 2013, p. 09).

A Pedagogia *Queer* não denuncia somente a LGBTfobia, mas também nos sensibiliza a refletir e desnaturalizar sobre as masculinidades e feminilidades hegemônicas. Reis e Paraíso (2013) nos problematiza o cenário das masculinidades hegemônicas e argumentam que os corpos masculinos ideais, nos espaços escolares, devem ser violentos ou nas palavras das autoras, devem ser corpos guerreiros. Existe um discurso cultural difundido pelas novelas, desenhos, seriados e filmes de super heróis, de que o corpo masculino para ser respeitado, deve ser agressivo e habilidoso nas práticas dos chutes e golpes. Essas práticas violentas são experienciadas quando as crianças e/ou adolescentes se desentendem nos espaços escolares e partem para as agressões físicas com o objetivo do mais forte, ser o vitorioso na discussão e permanecer com a razão de estar certo.

As práticas pedagógicas *queer* que nos referimos nesta pesquisa, se constituem enquanto um conjunto de discursos e didáticas que desnaturalizam o cânone heteronormativo. Portanto, enquanto lecionávamos no curso Tô Passada – com as práticas pedagógicas *queer*, compreendemos que quando um(a) discente ilustra um ser humano em um papel, não existe a necessidade de colorir a vestimenta na cor⁶ rosa ou azul para identificar o gênero feminino ou masculino. O(a) discente pode colorir a vestimenta com cores neutras como, por exemplo, verde, vermelho, laranja, dentre outra cor de sua preferência.

⁶ Compreendemos que as cores azul e rosa são culturalmente compreendidas como correspondentes aos gêneros binários masculino e feminino.

Durante as aulas, tentamos proferir um discurso que não privilegiasse o androcentrismo como, por exemplo, nas aulas de Geografia tentamos sensibilizar as pessoas que é o SER HUMANO que vivencia o espaço geográfico e não o ‘homem’.

Essas práticas pedagógicas *queer* são consideradas subversivas ao currículo e aos discursos hegemônicos heteronormativos dos(as) docentes que, na grande maioria, se apresentam resistentes em abordar nas aulas as abordagens sobre gênero e sexualidades. Nesse sentido, Dornelles e Dal’Igna (2015) entrevistaram um conjunto de docentes que lecionam a disciplina Educação Física. Esses(as) docentes se demonstraram preocupados(as) com as crianças que demonstram a sexualidade durante as aulas de Educação Física e disseram que eles(as) se sentem desconfortáveis para abordar esse tema nas aulas.

Contudo, reconhecemos que os(as) docentes nem sempre precisam falar sobre os assuntos de identidade de gênero e orientação sexual – caso esse assunto seja desconfortável, para desnaturalizar a heteronormatividade presente nos espaços escolares. Por exemplo, com base nas práticas pedagógicas *queer*, nas aulas de Educação Física não é necessário o(a) docente dividir a turma em grupos sexistas de meninos contra meninas. Nas práticas pedagógicas *queer*, não existe sexismo. Somente existem equipes de pessoas com o mesmo objetivo, nesse contexto, de vencer a competição. Logo, recomendamos que existam grupos mistos compostos por pessoas de todos os gêneros.

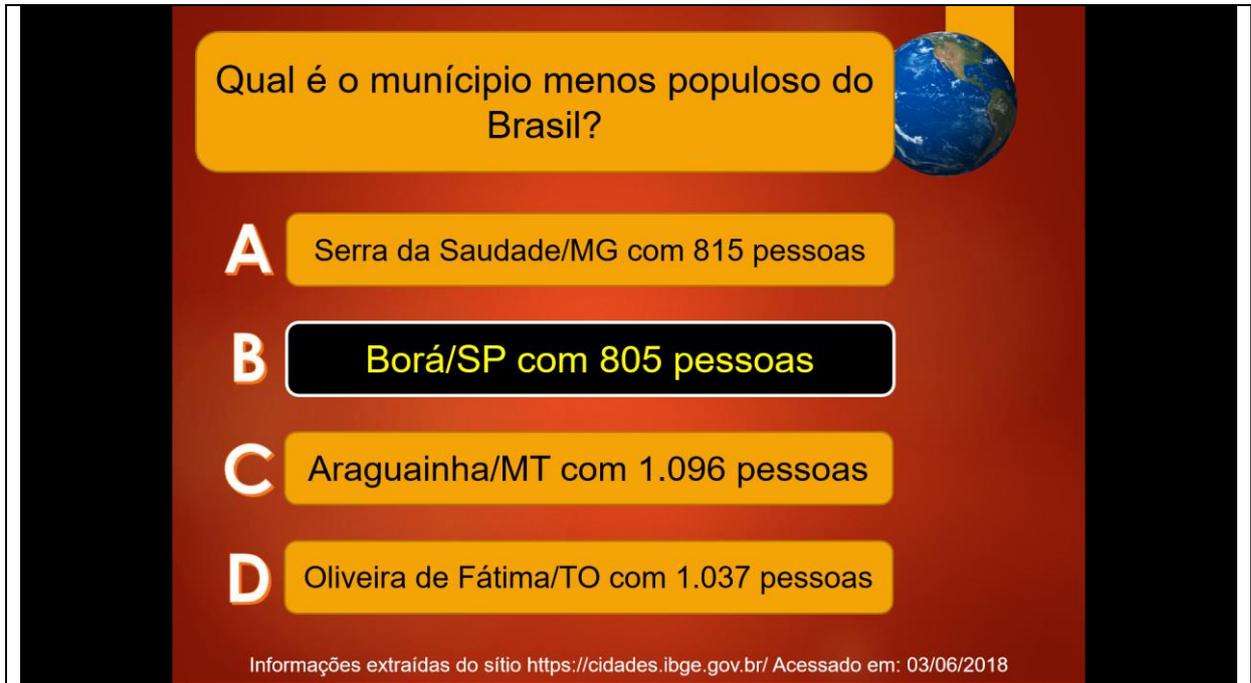
Quando trabalhamos com as práticas pedagógicas *queer* no curso Tô Passado, levamos para a sala de aula duas atividades lúdicas, sendo uma delas com algumas perguntas sobre os dados censitários brasileiros, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, em outro momento, levamos músicas de diferentes países, como é demonstrado nas Figuras 01 e 02.

Para cada pergunta, existiam 5 alternativas para responder, sendo somente uma alternativa a resposta correta. Para ambas as atividades, não buscamos dividir a turma em equipes⁷ sexistas. Pelo contrário, levamos chocolates. Para cada pessoa que acertasse a resposta, o prêmio era um chocolate. No total foram 10 tentativas para todas as pessoas terem a oportunidade de participar e ganhar chocolate. No final da atividade, não realizamos um *ranking* com os acertos, pois o nosso objetivo era de sensibilizar as pessoas sobre o conteúdo problematizado, atrair a atenção delas e estimular que elas participassem da aula.

Essas práticas pedagógicas *queer* são consideradas por Trujillo (2015), como um conjunto de atividades antissexistas, antiracistas, antipatriarcais e antiheterossexuais. Essas

⁷ Nos referimos as práticas pedagógicas sexistas que dividem equipes de meninos contra meninas. A equipe vencedora/perdedora corresponde somente ao grupo de meninos ou meninas.

atividades exortam novas inteligibilidades sobre a tríade relação sexo-gênero-corpo, reduzindo o competitivismo sexual, o preconceito e a discriminação social.



Qual é o município menos populoso do Brasil?

A Serra da Saudade/MG com 815 pessoas

B Borá/SP com 805 pessoas

C Araguainha/MT com 1.096 pessoas

D Oliveira de Fátima/TO com 1.037 pessoas

Informações extraídas do site <https://cidades.ibge.gov.br/> Acessado em: 03/06/2018

FIGURA 01 – ATIVIDADE LÚDICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA COM O AUXÍLIO DOS DADOS DO IBGE.

FONTE: Elaborado pelos autores.

Com base no cenário exposto, Couto Junior e Oswald (2016), compreendem que as práticas pedagógicas *queer* devem ser corajosamente desenvolvidas pelos(as) docentes que se sintam sensibilizados(as) em combater a LGBTfobia, os estigmas sociais, políticos e culturais que normalizam o corpo cisgênero-heterossexual e tornam patológicas outras corporalidades consideradas desviantes do cânone heteronormativo.

Considerando o contexto apresentado, compreendemos que as práticas pedagógicas *queer* (re)aproximam as pessoas LGBTTT da escolarização, pois essas práticas tornam os(as) discentes LGBTTT como protagonistas do conhecimento científico e os empoderam com argumentos consistentes na luta contra o sexismo, o machismo, o patriarcado, enfim, contra o cânone heteronormativo.

A desnaturalização do androcentrismo não é algo fácil de ser feito. Pelo contrário, como docentes percebemos que a nossa formação acadêmica foi androcêntrica que naturalizou os discursos opressores sexistas e machistas. Nos foi naturalizado que foram os homens que refletiram sobre os fenômenos e os objetos científicos, contudo, nunca nos foi apresentado os motivos que justificam a ausência das autoras/pesquisadoras mulheres na

Filosofia, na Sociologia, na História, na Geografia, enfim, em todas as áreas do conhecimento científico.

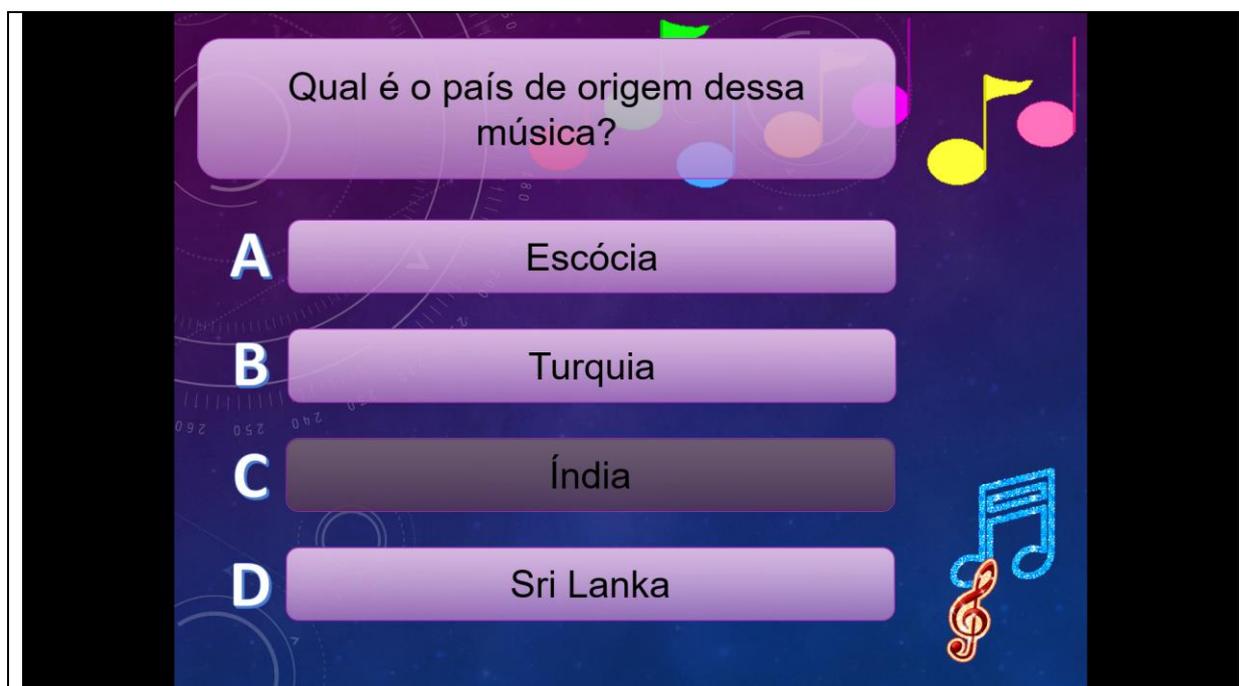


FIGURA 02 – ATIVIDADE LÚDICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA COM O AUXÍLIO DE MÚSICA.
FONTE: Elaborado pelos autores.

Os(as) nossos(as) alunos(as) que buscam dar continuidade a escolarização no Tê Passada, herdaram essa matriz androcêntrica e se demonstraram compreensíveis quando eram questionados sobre a naturalização das cores azul/rosa, banheiros masculino/feminino, equipes de esporte meninos/meninas, abordagem androcêntrica na escrita acadêmica, etc. Esses questionamentos nos auxiliaram a desenvolver as práticas pedagógicas *queer*.

Para finalizar a nossa reflexão, salientamos que o grupo de estudantes era pequeno, variando entre 03 a 10 pessoas por dia e ano. Avaliamos que essas práticas pedagógicas *queer* alcançaram o objetivo de (re)aproximar as pessoas LGBTT da escolarização, sobretudo pelo grupo de estudantes ser pequeno e também por não existirem estudantes LGBTfóbicos com discursos opressores sexistas e machistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na questão central e nas práticas que explicitamos neste texto, compreendemos que as práticas pedagógicas *queer* estão ancoradas nos discursos subversivos ao cânone heteronormativo e reaproximam as pessoas LGBTT da escolarização.

Acrescentamos que o nosso objetivo com tais práticas foi o de não rotular os(as) discentes entre corpo-sexo-gênero, bem como sensibilizar estas pessoas sobre as estratégias para se combater a heteronormatividade nos espaços escolares e demais espacialidades.

As reflexões teóricas desta pesquisa corroboraram com a inteligibilidade sobre as pesquisas acadêmicas brasileiras em relação as práticas pedagógicas *queer*. Verificamos que na realização do levantamento bibliográfico para sustentar as reflexões teóricas das práticas pedagógicas *queer*, encontramos poucas pesquisas. A pouca escrita sobre a temática da Pedagogia *Queer*, demonstra de um lado a falta de discussão científica deste tema nos espaços escolares e por outro lado, ao menos o início de tal discussão. Logo, indicamos a necessidade do desenvolvimento de dissertações e teses que abordem as práticas pedagógicas *queer*.

Com o objetivo de aprofundar esta discussão, sugerimos uma investigação individual das práticas pedagógicas *queer* de cada docente que lecionou no curso solidário Tô Passada, para socializar novas práticas e compartilhar experiências no meio acadêmico científico, para que se tenha mais pesquisas sobre este tema. Porém, compreendendo que nem todas as ONG's voltadas para a população LGBTTT possuem cursos solidários como o Tô Passada, sugerimos que estas ONG's tomem a iniciativa de criar cursos similares, afim de ampliar as espacialidades de (re)existência da população LGBTTT nos espaços escolares.

Além da realidade mencionada, pensamos que as secretarias de educação estaduais e municipais devem ampliar a discussão de gênero e sexualidades, para que esse tema não se torne um não-dito pedagógico. É necessário criarmos um conjunto de pesquisadores(as) *queer* na educação, para fortalecermos a Pedagogia *Queer* e as práticas pedagógicas *queer*.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, [1993] 2000. p.151-166.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2003] 2016.

CABRAL, Vinicius. **Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas**. 101 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2015.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Banco de Dissertações e Teses. 2019. Disponível em: < <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> > Acesso em: 16/07/2019.

CARNEIRO, Marcia Tobias. **Vivências espaciais da saúde no grupo de travestis e transexuais na cidade de Ponta Grossa – Paraná**. 109 f. Dissertação (Mestrado em

Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia *Queer*. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 14, n. 01, p. 351-362, 2012.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Em defesa de uma pedagogia *Queer*: reimaginando corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar. **Textura**, Canoas, v. 18, n. 38, p. 123-142, 2016.

DORNELLES, Priscila Gomes; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1585-1599, dez. 2015.

DINIS, Nilson Fernandes. Por uma pedagogia *Queer*. **Itinerarius Reflectionis**, v. 02, p. 01-12, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22ª impressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1976] 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, [1997] 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *Queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. **Teoria *Queer*: um aprendizado pelas diferenças**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, [2012] 2016.

ORNAT, Marcio Jose. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa/PR**. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2008.

ORNAT, Marcio Jose. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do sul do Brasil**. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

REIS, Cristina d'Ávila; PARAÍSO, Marlucy Alves. A constituição de corpos guerreiros em um currículo escolar. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 04, p. 1243-1266, out./dez. 2013.

RODRIGUES, Gabriela de Andrade. Pedagogias *queer* e libertária para educação em cultura visual. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.3, p. 735-745, set./dez. 2010

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 80-81, [1984] 2003. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf >
Acesso em: 08/05/2019.

SCIELO – Scientific Electronic Library Online. 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.org/> > Acesso em: 19/07/2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.02, p.71-99, jul./dez. [1989] 1995.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (org.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013. p.143-182.

TRUJILLO, Gracia. Pensar desde otro lugar, pensar lo impensable: hacia una pedagogía *queer*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1527-1540, dez. 2015.